



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEPTUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO
ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA QUARTA
SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA
LEGISLATURA.

No terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador John Wayne. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico e, em seguida, abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Joaquim Campos reportou-se aos grandes assaltos ocorridos em três cidades do Brasil perpetrados pelo crime organizado, observando que as grandes facções criminosas – como PCC, Comando Vermelho e Filhos do Norte - atuavam no país mesmo que seus líderes estivessem presos. Mencionou a apreensão de mais de duas toneladas e meia de cocaína pura pela Polícia Federal, ocorrida na cidade fluminense de Duque de Caxias, com valor no mercado interno de mais de oitocentos milhões de reais e de dez a vinte vezes mais que isso no mercado europeu, caracterizando-a como um duro golpe aos criminosos. O assalto em Cametá foi muito audacioso por haver somente uma estrada de acesso à cidade, planejando-se a fuga através de rios, especulou. Neste assalto um refém foi morto com um tiro na cabeça, talvez por ter reagido, calculando-se que vinte bandidos participaram da ação, complementou. Parabenizou o governador Hélder Barbalho por imediatamente mandar todo o estafe da segurança pública para Cametá, gerenciando-se de lá a crise criada, para que cenas lamentáveis de pânico e terror não abalasses outras cidades. Referiu ter feito um levantamento das prováveis rotas de fuga dos bandidos em seu programa de televisão no dia anterior, mas seria difícil rastreá-los devido às vastas dimensões do território paraense. Parabenizou o secretário estadual de Segurança Pública, senhor Ualame Machado, o comandante-geral da Polícia Militar do Pará, coronel Dilson Júnior, e o delegado-geral da Polícia Civil, delegado Walter Rezende, pela atuação durante o episódio. Disse ter obtido informação, no dia anterior, de que algumas pessoas no município de Cametá teriam sido identificadas como colaboradoras dos criminosos. Solidarizou-se com a população de Cametá pelo pânico e terror que ali se instalaram. Previu que novos assaltos desse tipo ocorreriam na Região Nordeste do país. Durante este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Subiu depois à tribuna o vereador Igor Andrade e referiu-se também ao assalto ocorrido em Cametá parabenizando a pronta ação do governador Hélder Barbalho, que logo no dia seguinte chegou à cidade trazendo consigo o alto escalão da Segurança Pública do estado. Recordou que somente em 2018 - último ano da gestão de Simão Jatene - ocorreram dezoito assaltos a banco no Pará e, em comparação, o assalto em Cametá é o terceiro ocorrido neste ano no estado. A polícia tem atualmente uma ação mais intensa e ostensiva e o serviço de inteligência do governo estadual funciona de forma mais eficaz do que antes, opinou. Além disso, continuou, há um melhor aparelhamento da Polícia Militar, que funciona exitosamente em parceria com as guardas municipais de muitas cidades. Infelizmente, lamentou, não estamos imunes à ação do crime organizado. Chamou, porém, a atenção para o fato de que o monitoramento dos explosivos que são utilizados pelos assaltantes é feito pelo Exército Brasileiro e alguma coisa errada estava acontecendo. Não cabia culpar o governo estadual, declarou, pois este agia com pulso forte e estava presente na localidade, com dois helicópteros fazendo buscas para localizar e prender os assaltantes. No último assalto ocorrido antes deste, em Rondon do Pará, lembrou, parte dos criminosos foram presos e outros foram mortos. Hélder Barbalho se faz presente, acompanha de perto a situação, tendo ido a Cametá logo cedo para obter uma resposta positiva. Em nossa capital não é diferente, assegurou, pois há um número maior de viaturas da Polícia Militar patrulhando as ruas e a parceria com a Guarda Municipal de Belém - GMB tem dado resultado positivo. Tal parceria deve ser aperfeiçoada, defendeu, aumentando-se o efetivo e fornecendo-se mais equipamentos tanto para os membros da GMB quanto para os demais agentes da Segurança Pública visando minorar os índices de violência. Os assaltos deixam várias consequências funestas, pois traumatizam a população, espalhando o medo, provocam mortes e inviabilizam os serviços bancários levando as pessoas a se deslocar até outras localidades para obtê-los,

discorreu. Fez votos de que o governo estadual intensificasse as ações, sobretudo as de inteligência, para coibir as atividades criminosas, parabenizando a gestão de Hélder Barbalho pela redução dos índices de criminalidade. Pediu celeridade na reconstrução das agências bancárias destruídas nos assaltos para que a população das cidades atingidas não fosse tão prejudicada e pediu também a ajuda do Exército Brasileiro e da Polícia Federal para minorar a atuação dos grupos criminosos trabalhando em parceria com os governos estaduais. Posteriormente, o vereador Moa Moraes assumiu a palavra e lamentou a pequena participação dos vereadores nas sessões legislativas. Pediu aos parlamentares que se fizessem presentes, tantos os que se reelegeram quanto os que não obtiveram a reeleição, lembrando que o compromisso deles com a população ainda não terminara, continuaria até o final do ano. Observou que muitos lutaram para aprovar o Orçamento Impositivo, mas agora não apresentavam emendas para levar às suas comunidades alguma benfeitoria. Sugeriu que a Mesa Diretora convocasse uma reunião do Colégio de Líderes, com a presença de todos os vereadores, atentando haver mais de quinze projetos importantes a serem colocados em votação, mas a Casa encontrava-se vazia. Em aparte, manifestou-se o vereador Joaquim Campos. Não havendo mais vereadores inscritos para discursar nesta parte da sessão, o presidente perguntou se algum parlamentar gostaria de fazer uso da palavra. Não havendo manifestação neste sentido, o presidente Mauro Freitas encerrou o Horário do Expediente e deu início ao Horário de Liderança. Pela liderança do MDB, Joaquim Campos lamentou também o pequeno número de vereadores presentes à sessão. Apesar de não ter obtido a reeleição, apontou, continuava a participar assiduamente das sessões legislativas. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Emerson Sampaio e Zeca Pirão. Assumiu posteriormente a presidência da Mesa o vereador Professor Elias. Pela liderança do PSDB, Mauro Freitas propôs, através de Questão de Ordem, a ser votada em momento oportuno, que a Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2021 fosse votada na segunda-feira da semana seguinte, às doze horas, e houvesse a reabertura do prazo para apresentação de emendas, o que poderia ser feito até a meia-noite da sexta-feira desta semana. Em aparte, manifestou-se o vereador Fabrício Gama. Findo seu pronunciamento, reassumiu a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro criticou a exoneração de vários gerentes de Unidades Municipais de Saúde em nossa capital alegando que isso estava prejudicando o atendimento ao público. Opôs-se depois à reabertura do prazo para a apresentação de emendas à LOA, observando que isso nunca ocorreu durante os oito anos em que compunha a CMB. Declarou que a bancada do PSOL posicionava-se contrariamente a esse encaminhamento, não se opondo, porém, a qualquer mudança na data ou no horário de votação da Lei Orçamentária. Acrescentou que essa reabertura de prazo não encontrava amparo no Regimento Interno deste Poder. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Igor Andrade, Mauro Freitas e Dr. Chiquinho. Em seguida, o vereador Fabrício Gama propôs, através de Questão de Ordem, que a LOA fosse votada na quinta-feira da semana seguinte, reabrindo-se o prazo para apresentação de emendas até a meia-noite de sexta-feira desta semana. O presidente comunicou estar registrada a Questão de Ordem formulada. Pela liderança da Oposição, Amaury da APPD destacou que nesta data, dia 03 de dezembro, comemora-se o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, instituído pela Organização das Nações Unidas – ONU e que visa fazer a reflexão sobre as políticas de inclusão voltadas para as pessoas com deficiência no mundo. Ao longo dos anos, foram obtidos grandes avanços no campo dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, avaliou, mas é preciso avançar muito mais. Apesar de haver inúmeras leis ordinárias e inúmeras leis na Constituição Federal e nas constituições estaduais contemplando as necessidades das pessoas com deficiência, ainda é preciso avançar muito para a real concretização de seus direitos, afirmou. A pandemia impede que se organizem atos aglomerando pessoas, mas a data serve para promover a reflexão sobre este tema e a Associação Paraense das Pessoas com Deficiência - APPD tem o compromisso e a responsabilidade de fazer esse debate e cobrar das autoridades competentes a realização de políticas públicas voltadas para este segmento, comentou. Reivindicou que o transporte público municipal realmente permitisse às pessoas portadoras de deficiência o direito de ir e vir sem passar por constrangimentos, garantido a elas acessibilidade. Requereu que as escolas estivessem adequadas para receber as crianças e adolescentes com necessidades especiais, observando que a maioria delas cursa o Ensino Fundamental, cuja gestão compete à Prefeitura. Pediu ao futuro prefeito Edmilson Rodrigues que tivesse a compreensão e a responsabilidade de colocar pessoas experientes em cargos e secretarias e se fomentasse o debate sobre as necessidades das pessoas com deficiência. Explicitou que em todas as discussões atinentes às pessoas com deficiência estas querem participar e dar sua opinião, estando isso expresso no *slogan* "Nada sobre nós sem nós". Ninguém pode falar pelas pessoas com deficiência sem consultá-las, pois não querem mais segregação, declarou. A esse respeito, aludiu à revogação, pelo ministro Dias Toffoli, do decreto do presidente Jair Bolsonaro que estabelecia novas regras para a educação especial. Não querem mais separação, querem liberdade estando junto com a sociedade, uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, proclamou. Para isso reivindicavam equipamentos assistivos que lhes dessem essa condição, indicou. Os governos devem assumir essa responsabilidade e os órgãos voltados para atender as pessoas com deficiência devem ser dirigidos por pessoas cientes e envolvidas com as demandas desse segmento, defendeu. O movimento pelos direitos das

pessoas com deficiência não estava atrelado a qualquer partido político, garantiu, nem mesmo ao seu, e não aceitariam mais erros, pois nesse caso tomariam a iniciativa e postulariam as políticas necessárias. Pela liderança do PSB, Gleisson Silva evocou ter criticado, na sessão do dia anterior, o aumento na tarifa de energia elétrica comentando que isso provocava um “efeito dominó”, levando ao aumento generalizado dos preços. Confessou então ter sido surpreendido neste dia com a notícia do aumento no preço do gás de cozinha. As pessoas pobres, desempregadas, em dificuldades na pandemia, sobrevivendo com o auxílio emergencial, recebiam como presente de Natal estes aumentos, lamentou. Expressou sentir-se impotente diante desta situação, possuindo apenas a tribuna para manifestar sua insatisfação, pois se tratava de uma batalha que transcendia o poder dos vereadores. Durante a campanha eleitoral, relatou, tivera a oportunidade de percorrer a cidade e testemunhar a dificuldade extrema que o povo pobre tem enfrentado, tendo que escolher entre comer ou pagar a conta de energia elétrica. Em aparte, manifestou-se o vereador Lulu das Comunidades. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. O presidente revisou então para a plenária as proposições anteriormente formuladas, através de Questão de Ordem, relativamente à reabertura ou não do prazo para proposição de emendas à Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2021, sendo elas: proposição nº 01, de autoria do vereador Fernando Carneiro, estabelecendo que não houvesse reabertura do prazo para apresentação de emendas, independentemente da data e do horário estabelecidos para a votação da Lei Orçamentária; proposição nº 02, de autoria do vereador Fabrício Gama, determinando que houvesse reabertura de prazo para a apresentação de emendas até a meia-noite de sexta-feira desta semana, sendo realizada a votação da Lei Orçamentária na quinta-feira seguinte, às doze horas; proposição 03, de autoria do vereador Mauro Freitas, determinando a reabertura da apresentação de emendas até a meia-noite de sexta-feira e se votasse a LOA na segunda-feira da semana seguinte. O presidente expôs que tais propostas seriam postas conjuntamente em votação nominal, aprovando-se a mais votada. O vereador Rildo Pessoa pediu Questão de Ordem e opinou que deveria ser inicialmente votado se seria ou não reaberto o prazo para apresentação de emendas. O vereador Fernando Carneiro pediu nova Questão de Ordem e contestou esse posicionamento, solicitando que fosse seguido o encaminhamento anterior do presidente Mauro Freitas e se fizesse a votação das propostas, uma contra a outra, nominalmente. O presidente concordou com o posicionamento do vereador Fernando Carneiro e retirou então sua proposição, ficando em votação apenas as proposições de números 01 e 02. Fizeram encaminhamentos os vereadores Rildo Pessoa e Fernando Carneiro. Na votação, a proposição nº 01 foi aprovada, obtendo dezesseis votos, tendo obtido a proposição nº 02 apenas três votos. Decidiu-se, portanto, que não haveria reabertura de prazo para apresentação de emendas à Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021. Posteriormente o presidente informou os projetos de lei constantes em pauta na Primeira Parte da Ordem do Dia: projeto constante no Processo nº 2060/19, de autoria do vereador Neném Albuquerque; projeto constante no Processo nº 546/20, de autoria do vereador Emerson Sampaio; projeto constante no Processo nº 730/20, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto constante no Processo nº 760/20, de autoria do vereador Toré Lima; projeto constante no Processo nº 943/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto constante no Processo nº 618/20, de autoria do vereador Lulu das Comunidades; projeto constante no Processo nº 1337/13, de autoria do vereador Moa Moraes; projeto constante no Processo nº 588/20, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto constante no Processo nº 1418/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto constante no Processo nº 548/20, de autoria do vereador Gleisson Silva; projeto constante no Processo nº 746/20, de autoria do vereador Gleisson Silva; projeto constante no Processo nº 937/20, de autoria da vereadora Professora Nilda Paula; projeto constante no Processo nº 1438/20, de autoria da Comissão de Economia e Finanças; projeto constante no Processo nº 457/20, de autoria do vereador Igor Andrade; projeto constante no Processo nº 1625/20, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto constante no Processo nº 1423/20, de autoria da Comissão Executiva da CMB; projeto constante no Processo nº 535/20, de autoria do vereador Bieco; projeto constante no Processo nº 456/20, de autoria do vereador Lulu das Comunidades; projeto constante no Processo nº 1347/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto constante no Processo nº 727/20, de autoria do vereador Neném Albuquerque; projeto constante no Processo nº 018/12, de autoria do ex-vereador Raimundo Castro; projeto constante no Processo nº 1163/19, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto constante no Processo nº 197/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto constante no Processo nº 749/20, de autoria do vereador Gleisson Silva; projeto constante no Processo nº 2519/17, de autoria do vereador Fabrício Gama; projeto constante no Processo nº 610/20, de autoria do vereador Bieco; projeto constante no Processo nº 1067/20, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto constante no Processo nº 769/20, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto constante no Processo nº 775/20, de autoria do vereador Fabrício Gama; projeto constante no Processo nº 1091/20, de autoria do vereador Bieco; projeto constante no Processo nº 087/20, de autoria do vereador Joaquim Campos; projeto constante no Processo nº 110/18, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto constante no Processo nº 1239/20, de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. O

vereador Henrique Soares pediu depois Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e interstício dos projetos anteriormente citados e que estes passassem da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia. Posta em votação, tal proposição foi aprovada pela plenária. Retomou-se posteriormente a votação do requerimento do vereador Nehemias Valentim solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal G1, edição de 31/10/2020, intitulada "Em Belém, Praça Princesa Isabel é reinaugurada após reforma e construção de terminal hidroviário". Posto em votação nominal, o requerimento foi aprovado por maioria, com dezenove votos favoráveis e uma abstenção. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Fabrício Gama solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, intitulada "Câmara debate insegurança no Portal". Nesse ínterim, assumiu a presidência da Mesa o vereador Professor Elias. Fizeram encaminhamentos os vereadores Fabrício Gama e Fernando Carneiro. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, o presidente solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para a verificação de quórum. Reassumiu neste ínterim a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Henrique Soares pediu então Questão de Ordem solicitando que todos os projetos em pauta passíveis de discussão e votação fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, tal proposição foi aprovada por maioria pela plenária. O vereador Henrique Soares pediu, em seguida, nova Questão de Ordem solicitando que fosse dispensada a leitura dos projetos em votação, fazendo-se apenas a leitura dos números dos processos correspondentes, o que foi aprovada por unanimidade pela plenária. Entraram então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os seguintes projetos: projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Cezar Augusto Reis Ferreira, relações públicas na Divisão de Cerimonial da Alepa", constante no Processo nº 1138/20, de autoria do vereador Pablo Farah; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao Dr. Ismael Pamplona (cardiologista)", constante no Processo nº 720/20, de autoria do vereador Pablo Farah; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Walber Friiths Nahmias de Oliveira", constante no Processo nº 1137/20, de autoria do vereador Pablo Farah; projeto que "Concede à senhora Lana Larrá Baia Amorim, o Diploma Mérito LGBTQI + Walter Bandeira", constante no Processo nº 1103/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito à senhora Maria Laura de Castro Mamoré", constante no Processo nº 1102/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Antonio Carlos Pessoa Caldas Correia", constante no Processo nº 1101/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao excelentíssimo senhor Antonio Fernando de Oliveira Amoras", constante no Processo nº 1100/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede a comenda título honorífico de Honra ao Mérito ao senhor 3º sargento PM Emerson de Almeida Gomes", constante no Processo nº 336/20, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que "Concede a comenda título honorífico Diploma Benemérito Evangélico ao senhor 1º sargento Carlos Ivan Rodrigues da Silva", constante no processo nº 246/20, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao tenente coronel QOPM Fernando Luis Oeiras Carneiro", constante no Processo nº 172/20, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao Coral Triunfo da Assembléia de Deus em Belém", constante no Processo nº 168/20, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que "Concede a Medalha Condecorativa Vereador Clodomir Grande Colino à senhora Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo Aquino Coutinho", constante no Processo nº 804/20, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que "Concede a comenda Diploma Benemérito Evangélico e a Medalha Condecorativa Benemérito Evangélico ao senhor Lucas Martins Filho", constante no Processo nº 1181/20, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que "Concede a Medalha de Mérito Cultural e Patrimônio de Belém (*post mortem*) ao senhor Joaquim Maria Dias de Castro", constante no Processo nº 941/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que "Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Zulmir Ivânio Breda, presidente do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil", constante no Processo nº 942/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao jovem Lucas Moura Quaresma", constante no Processo nº 598/20, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que "Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao excelentíssimo senhor vereador Neném Albuquerque", constante no Processo nº 108/20, de autoria do vereador John Wayne; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Armando da Silva Ribeiro", constante no Processo nº 539/20, de autoria do vereador Wilson Neto; projeto que "Concede o título honorífico de Cidadã de Belém, à senhora Maria Odete Brito de Miranda - senhora Gretchen", constante no Processo nº 930/20, de autoria do vereador Igor Andrade; projeto que "Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao pastor Abner de Cássio Ferreira", constante no Processo nº 945/20, de autoria do vereador Sargento Silvano; projeto que "Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao pastor Manoel Ferreira", constante no Processo nº 947/20, de autoria do vereador Sargento Silvano; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário à excelentíssima senhora Elizete Cardoso", constante no Processo nº

1280/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que "Concede a Comenda Paulo Frota ao senhor Paulo Victor Ramos Corrêa", constante no Processo nº 1198/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito à senhora Teodora Santos Oliveira", constante no Processo nº 1254/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito à senhora Firmina Marinho dos Santos Oliveira", constante no Processo nº 1255/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito à senhora Maria Ruth Cordeiro Vaz", constante no Processo nº 1257/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário à senhora Maria das Graças Bendelack Santos", constante no Processo nº 1251/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa à senhora Sandra Brazão e Silva Bechara Rocha", constante no Processo nº 1252/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Thiago Alves Pinto", constante no Processo nº 1253/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao senhor José Maria Rodrigues de Oliveira", constante no Processo nº 1256/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa ao senhor Franklin Rabelo da Silva", constante no Processo nº 1260/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa ao senhor Antonio Fernando de Oliveira Dantas Amoras", constante no Processo nº 1261/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa à senhora Vanda Almeida Corrêa", constante no Processo nº 1260-A/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa à senhora Maria Cristina do Nascimento Santiago", constante no Processo nº 1264/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa à senhora Letícia Martins Bitar de Moraes", constante no Processo nº 1262/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa à senhora Helena Pereira da Silva", constante no Processo nº 1263/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa ao senhor Emídio Rebelo Filho", constante no Processo nº 1259/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Honra ao Mérito à senhora Adelayde Júlia de Lima Soares", constante no Processo nº 1299/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa à senhora Maria da Conceição da Silva Bastos", constante no Processo nº 1301/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa ao senhor Américo da Silva Leal", constante no Processo nº 1303/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa ao senhor Albertini Ultimo da Rocha Athayde", constante no Processo nº 1303-A/20, de autoria do vereador Henrique Soares; o projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa à senhora Elza Maroja Kalkmann", constante no Processo nº 1304/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o Diploma de Mérito Judiciário Elder Lisboa à senhora Sylvia de Paula Freitas Cruz", constante no Processo 1305/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Cidadão de Belém a Jair Marcos de Almeida", constante no Processo nº 1064/20, de autoria do vereador Joaquim Campos; projeto que "Institui a Política Municipal de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética", constante no Processo nº 2060/19, de autoria do vereador Neném Albuquerque; projeto que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de cabines de desinfecção em empresas e centros comerciais passíveis de aglomeração de pessoas, enquanto perdurar a pandemia do novo coronavírus no município de Belém", constante no Processo nº 546/20, de autoria do vereador Émerson Sampaio; projeto que "Institui o Dia Municipal dos Profissionais de Saúde que trabalharam no período da pandemia da Covid-19 no município de Belém", constante no Processo nº 730/20, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da Prioridade Especial aos idosos com mais de 80 anos", constante no Processo nº 760/20, de autoria do vereador Toré Lima; projeto que "Institui no município de Belém e no calendário de comemorações oficiais a Semana da Corrida e Caminhada de Rua", constante no Processo nº 943/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que "Acrescenta o artigo 2º-A à Lei nº 9.271, de 04 de abril de 2017, para instituir a categoria do Mototáxi Comunitário no âmbito do município de Belém", constante no Processo nº 618/20, de autoria do vereador Lulu das Comunidades; projeto que "Institui o Bilhete Único Municipal", constante no Processo nº 1337/13, de autoria do vereador Moa Moraes; projeto que "Institui o dia 10 de outubro, como o dia do Leonismo em Belém", constante no Processo nº 588/20, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que "Institui o Dia em Memória dos trabalhadores que faleceram durante o combate ao coronavírus na cidade de Belém", constante no Processo nº 548/20, de autoria do vereador Gleisson Oliveira; projeto que "Institui no âmbito do município de Belém a Semana Municipal do Educador Social", constante no Processo nº 746/20, de autoria do vereador Gleisson Oliveira; projeto que "Institui o Dia Municipal do Motorista de Aplicativos no calendário oficial de eventos do município", constante no Processo nº 937/20, de autoria da vereadora Professora Nilda Paula; projeto que "Fixa subsídio ao prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores

para a legislatura de 2021 a 2024”, constante no Processo nº 1438/20, de autoria da Comissão de Economia e Finanças da CMB; projeto que “Dispõe sobre o atendimento à contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços no município de Belém”, constante no Processo nº 457/20, de autoria do vereador Igor Andrade; projeto que “Insere os artigos 22-A, 22-B, 22-C, 22-D e 22-E à Lei Ordinária Municipal nº 8.909/12, de 29 de março de 2012 (Plano Municipal de Arborização Urbana de Belém), e institui o Programa de Aproveitamento de Madeiras de Podas de Árvores – PAMPA”, constante no Processo nº 1625/17, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de limitar a no máximo trinta minutos o tempo de espera para o atendimento nos postos da Equatorial Energia - PA, Cosanpa e Telefonias”, constante no Processo nº 535/20, de autoria do vereador Bieco; projeto que “Altera a Lei nº 9.422, de 27 de dezembro de 2018, que institui no município de Belém a obrigatoriedade da disponibilização de álcool gel antisséptico nos estabelecimentos bancários ou similares”, constante no Processo nº 456/20, de autoria do vereador Lulu das Comunidades; projeto que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação pelos condomínios residenciais e comerciais localizados no município de Belém, aos órgãos de segurança pública, quando houver em seu interior a ocorrência ou indícios de ocorrência de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso”, constante no Processo nº 1347/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que “Estabelece as diretrizes do programa de integridade destinado às empresas que contratarem com a administração pública municipal”, constante no Processo nº 727/20, de autoria do vereador Neném Albuquerque; projeto que “Altera a Lei nº 7.709/94 e dá outras providências”, constante no Processo nº 018/12, de autoria do ex-vereador Raimundo Castro; projeto que “Institui a Semana Municipal da Beleza na cidade de Belém”, constante no Processo nº 1163/19, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto que “Institui o Dia do Garí no município de Belém”, constante no Processo nº 197/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que “Institui no calendário oficial o mês Março Branco de conscientização e combate às *fake news* no município de Belém”, constante no Processo nº 749/20, de autoria do vereador Gleisson Oliveira; projeto que “Institui a Semana Municipal de Segurança nas escolas do município de Belém”, constante no Processo nº 2519/17, de autoria do vereador Fabrício Gama; projeto que “Institui a Semana Municipal de Conscientização contra maus tratos de crianças e adolescentes”, constante no Processo nº 610/20, de autoria do vereador Bieco; projeto que “Institui o dia 15 de outubro como o Dia Municipal da Bengala Branca da Segurança”, constante no Processo nº 1067/ 20, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Institui o Dia Municipal do Padrinho Afetivo e a Semana Municipal de Incentivo ao Apadrinhamento Afetivo no município de Belém”, constante no Processo nº 769/20, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto que “Institui a Semana Gastronômica do Açaí no município de Belém”, constante no Processo nº 775/20, de autoria do vereador Fabrício Gama; projeto que “Institui a Semana de Combate aos Acidentes envolvendo linha de cerol e motociclistas no município de Belém”, constante no Processo nº 1091/20, de autoria do vereador Bieco; projeto que “Institui a Semana da Educação Financeira nas escolas do município de Belém”, constante no Processo nº 087/20, de autoria do vereador Joaquim Campos; projeto que “Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Material e Imaterial as escolas de samba com sede no município de Belém”, constante no Processo nº 110/18, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que “Altera a Lei nº 7637/93, que ‘Dispõe sobre o uso de espaços no ônibus e abrigos de espera para campanhas educativas contra a violência à mulher, ao idoso, ao deficiente e ao menor’”, constante no Processo nº 1239/20, de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Fizeram encaminhamentos os vereadores Fernando Carneiro, Dr. Chiquinho e Moa Moraes. Posteriormente, o vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem e declarou que votaria contrariamente apenas ao projeto constante no Processo nº 1438/20, de autoria da Comissão de Economia e Finanças da CMB, e favoravelmente aos demais projetos, sendo acompanhado neste posicionamento pelos vereadores Dr. Chiquinho, Enfermeira Nazaré Lima e Henrique Soares. Postos em votação, de forma simbólica e em bloco, os projetos foram aprovados por unanimidade, exceto o projeto constante no Processo nº 1438/20, que foi aprovado por maioria. Justificaram seus votos os vereadores Fernando Carneiro, Dr. Chiquinho, Nehemias Valentim e Enfermeira Nazaré Lima. O presidente declarou então aprovados os projetos relativos aos processos de números 1138/20, 720/20, 1137/20, 1103/20, 1102/20, 1101/20, 1100/20, 336/20, 246/20, 172/20, 168/20, 804/20, 1181/20, 941/20, 942/20, 598/20, 108/20, 539/20, 930/20, 945/20, 947/20, 1280/20, 1198/20, 1254/20, 1255/20, 1257/20, 1251/20, 1252/20, 1253/20, 1256/20, 1260/20, 1261/20, 1260-A/20, 1264/20, 1262/20, 1263/20, 1259/20, 1299/20, 1301/20, 1303/20, 1303-A/20, 1304/20, 1305/20, 1064/20, 2060/19, 546/20, 730/20, 760/20, 943/20, 618/20, 1337/13, 588/20, 548/20, 746/20, 937/20, 1438/20, 457/20, 1625/17, 535/20, 456/20, 1347/20, 727/20, 018/12, 1163/19, 197/20, 749/20, 2519/17, 610/20, 1067/ 20, 769/20, 775/20, 1091/20, 087/20, 110/18 e 1239/20. Em seguida, o presidente John Wayne convocou seus pares a reunirem-se em sessões extraordinárias, no regime de tantas quantas fossem necessárias, a partir do dia nove de dezembro seguinte, a partir das doze horas, no Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, para discutir e votar o projeto de lei de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021, constante no Processo nº 1348/20. Não havendo mais matéria em pauta passível de discussão e

votação, o presidente encerrou a sessão às onze horas e trinta minutos. Estava licenciado o vereador Paulo Queiroz. Justificou sua ausência o vereador Altair Brandão. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, pelo Avante; Blenda Quaresma, Zeca Pirão, Joaquim Campos e John Wayne, pelo MDB; Mauro Freitas, Nehemias Valentim e Moa Moraes, pelo PSDB; Pablo Farah, pelo PL; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Amaury da APPD, pelo bloco PC do B – PT; Wellington Magalhães, pelo bloco PSC – PPS; Dr. Chiquinho, Enfermeira Nazaré Lima e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Professor Elias e Gleisson Silva, pelo PSB; Lulu das Comunidades, pelo bloco PSD – PTC; Rildo Pessoa, pelo PTB; Fabrício Gama, pelo PMN; Emerson Sampaio, pelo PP; Henrique Soares, pelo PDT; Simone Kahwage, pelo Cidadania. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 03 de dezembro de 2020.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário